



Publicação do Instituto Alta Política - Revista Semestral - 8ª Edição - Setembro/2023 - R\$ 25,00

# CONSTITUIÇÃO

da República Federativa do Brasil

## 35 anos



**MOVIMENTO PELA  
EDUCAÇÃO**

# A ASSEMBLEIA ESTÁ OUVINDO OS GAÚCHOS PARA QUE O ESTADO VOLTE A SER REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO.

Através do **Movimento pela Educação**, damos voz a especialistas e à sociedade gaúcha. Assim, começamos a formular as políticas públicas que farão com que o nosso Estado volte a ter orgulho das suas escolas.



Marau - Região Norte



Restinga Sêca - Região Central



Sant'Ana do Livramento - Região Fronteira Oeste



Bento Gonçalves - Região da Serra



Santa Cruz do Sul - Região dos Vales



**EDUCAÇÃO**  
PARA O DESENVOLVIMENTO



**Assembleia  
Legislativa**

Estado do Rio Grande do Sul

## » EDITORIAL

Alta Política chega na oitava edição mantendo sua proposta inicial de ser um espaço qualificado de reflexão sobre a política do nosso país. Um espaço para quem valoriza a palavra escrita, e impressa. Um espaço para quem busca informação e análises mais profundas, conjunturais, para além da crônica política diária e dos embates ideológicos do momento.

Nesta edição registramos os trinta e cinco anos da Constituição de 1988, uma das mais longevas e democráticas da nossa história. Aproveitamos a data para contar a história constitucional do nosso país, nos limites de um artigo para revista.

Anotamos a visão empresarial do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, neste novo momento em que vive o país. Contamos também com a contribuição de dois ex-governadores do Rio Grande do Sul e do presidente da Assembleia Legislativa do RS. E analisamos a relevância da aprovação da Reforma Tributária na Câmara dos Deputados.

Prospectando o ano eleitoral de 2024, publicamos um artigo do diretor do Instituto Methodus, analisando dados de resultados e de pesquisas eleitorais, desvendando o comportamento do eleitor da capital.

Além disso temos uma entrevista exclusiva com a cônsul do Uruguai, sra. Liliana Buonomo, que aborda o presente e o futuro das relações Brasil-Uruguai.

Introduzimos também o tema da acessibilidade e inclusão, através do artigo da especialista Giselle Hübbe.

Boa leitura, e que nosso trabalho cuidadoso sirva de conteúdo de valor para a sua reflexão e ação política, para o bem do nosso país.

O critério sempre deve ser o Brasil.

### A Redação

## » SUMÁRIO

### 04 – HISTÓRICO DAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS

Julio Pujol e Rafael da Fontoura

### 10 – A BOA POLÍTICA, COM LEGITIMIDADE – José Sartori

### 12 – A CONSTITUIÇÃO E A SEGURANÇA JURÍDICA - Vicente Bogo

### 16 – EDUCAÇÃO: Vilmar Zanchin

### 18 – EXCLUSIVO: ENTREVISTA COM A CÔNSUL DO URUGUAI NO RS, sra. Liliana Buonomo

### 22 – A REINVENÇÃO DA INDÚSTRIA - Mario Cezar de Aguiar (Presidente da FIESC)

### 24 – MANIFESTO DO EMPREENDEDOR GAÚCHO - Federasul

### 26 – SOBRE A REFORMA TRIBUTÁRIA – Julio Pujol

### 28 – ACESSIBILIDADE EM ALTA – Giselle Hübbe

### 30 – COMPORTAMENTO ELEITORAL DO PORTOALEGRENSE – José Carlos Sauer

### 36 – HINO À ALEGRIA - Beethoven

## » EXPEDIENTE

#### Diretor Executivo:

Julio Pujol

#### Conselho Editorial:

Julio Pujol, Vicente Bogo, Rodinei Agostini

#### Jornalista Responsável:

Rodinei Agostini - MTB 9418

#### Editoração e Diagramação:

Cielito Rebelatto Jr

#### Distribuição:

Dirigida

#### Impressão:

Gráfica Bento Gonçalves

#### Publicação:

Instituto Alta Política - CNPJ: 29.081.184/0001-43

Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores.

**Capa:** Arte inspirada na Capa da Constituição de 1988 (de Cosme Rocha), edição do Senado Federal, 2018.

#### Anuncie na próxima Edição

[marketing.altapolitca@gmail.com](mailto:marketing.altapolitca@gmail.com)

(51) 99984.3985

As obras que ilustram essa edição são da  
Artista Plástica Mariana Brito Araújo  
[mariana@araujoferreira.com.br](mailto:mariana@araujoferreira.com.br)

# HISTÓRICO DAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS (DE 1824 A 1988)

*Por Julio Pujol e Rafael da Fontoura*

O real de uma sociedade está em suas leis, particularmente em sua Constituição. Esta faz 'liga' (lei), compromisso, obrigação; ela é a expressão concreta, positiva, de um povo. Portanto, Lei "é um ordenamento racional ao bem comum"<sup>1</sup>, para um escopo, um projeto, uma função definida.

Mesmo as sociedades imaginadas, da República platônica à Utopia de Morus, tinham um conjunto de regramentos, acordados ou impostos, que obrigavam aqueles povos. Aristóteles também, quando escreveu sobre Política, analisou todos os códigos conhecidos do seu tempo.

O Brasil tem um histórico de 200 anos de vida constitucional. Vamos conhecer um pouco desta história<sup>2</sup>.

## 1824



Concretizada a nossa independência, em 1822, imediatamente o Brasil precisava de um instrumento que regulasse as relações na nova nação que surgia.

A primeira Constituição do Brasil vai completar 200 anos. Mais conhecida como a Constituição do Império, é a mais longeva da nossa história. Vigorou por 65 anos, tendo recebido apenas uma emenda, em 1834. Ao seu tempo era a segunda Constituição escrita mais longeva do mundo, perdendo apenas para a Constituição dos EUA.

Conhecida por sua longevidade, modernidade (era uma Constituição liberal) e plasticidade, foi o

suporte que permitiu a consolidação de nossa independência, a unidade nacional, a imigração, enfrentar a crise da renúncia do Imperador, a Guerra da Cisplatina, a Revolução Farroupilha, a Guerra do Paraguai, a abolição da escravidão, o nascimento da indústria nacional, entre tantos outros eventos.

De fato, havia sempre o risco da fragmentação do território brasileiro, assim como estava acontecendo com as colônias espanholas na América. Foi uma engenharia política e institucional manter o Brasil unido em seu imenso território.

### Características:

**Brasil:** No seu artigo 1º define o Brasil como uma Nação livre e independente, e no 3º institui a forma de governo como uma Monarquia Hereditária Constitucional e Representativa. A religião Católica seria a oficial, mas com liberdade de crença e culto privado.

**Poderes:** A Constituição define quatro poderes: Legislativo, Executivo, Judiciário e Moderador, divididos, independentes e harmônicos. O poder Moderador será exercido pelo Imperador. O Poder Legislativo é formado pela Câmara federal e pelo Senado. É criado também o Conselho de Estado. No âmbito do Judiciário é criado o STJ nas províncias e na capital federal.

**Províncias:** Cria também o Conselho das (nas) Províncias, embrião das futuras Assembleias Legislativas (criadas na emenda de 1834). Os conselheiros das províncias seriam eleitos e o presidente da província nomeado diretamente pelo Imperador.

**Municípios:** A Constituição determina, no artigo 167 que "Em todas as cidades e vilas ora existentes, e

nas mais que no futuro se criarem, haverá Câmaras, às quais compete o governo econômico, e municipal das mesmas cidades e vilas. ”

Essa é a base de nossa institucionalidade até hoje, uma certa, ou grande, autonomia municipal para deliberar sobre suas questões.

### **Caráter Liberal: A Constituição garante:**

- A liberdade de pensamento e expressão, sem censura.
- Liberdade de trabalho e iniciativa (comércio, indústria, etc.)
- Instrução primária gratuita
- O direito de propriedade.

Na sua vigência, embora não previsse explicitamente, devido a sua plasticidade, a Constituição permitiu que o país vivesse um regime Parlamentarista, capitaneado por Liberais e Conservadores que se revezaram no poder durante quase todo o período do Império.

É preciso analisar a Constituição em seu tempo, 200 anos atrás, para compreender o papel e existência do Poder Moderador, por exemplo, por ter sido outorgada, ou pelo fato de não ter tocado no tema da escravidão.

De qualquer forma, foi um instrumento fundante, e fundamental, de nossa construção enquanto Nação.

# 1891



A segunda Constituição, foi oriunda da Proclamação da República em 1889.

A República nasceu com vários desafios, a exemplo da vontade geral de lançar o país ao futuro, com indústrias e serviços de ponta, integração regional por meio das ferrovias, federalização que permitisse

atender às necessidades regionais, e um intenso debate acerca de como lidar com os poderes do Estado, bem como com a questão educacional.

Rui Barbosa (1849-1923) lapidou os modelos de Constituições existentes na época e trouxe um equilíbrio entre os poderes, atribuindo mesmo partes da função do antigo Poder Moderador ao Judiciário, que passou a ser o guardião da Constituição. Os positivistas também trouxeram pautas sociais e proposta de laicizar a República, assim a nova Constituição garantiu diversas liberdades.

### **Características:**

**Brasil:** Em seu Art. 1 define o Brasil como “união indissolúvel das antigas províncias do Império, caracterizadas como Estados Unidos do Brasil”, adotando o regime representativo, formato republicano e federativo. O Art. 3 já previa a criação de Brasília.

**Poderes:** No Art. 15, é estabelecida a harmonia e interdependência dos três poderes. O Legislativo bicameral, o Executivo, chefiado pelo presidente da República e, no Judiciário, é criado o Supremo Tribunal Federal.

**Estados:** Estes deveriam criar constituições e leis próprias, desde que respeitando a Constituição da União.

**Municípios:** O Título III protege a autonomia dos municípios conforme seus interesses.

### **Caráter Liberal Social: Expansão de direitos como:**

- Igualdade perante a lei, extinguindo o foro de nobreza.
- Extinção da pena de trabalhos forçados.
- Expansão do direito a voto a todos os homens alfabetizados acima de 21 anos, alistados para tal, salvo exceções.
- Primeira ideia de função social da propriedade, herdada dos positivistas.

Em seus 43 anos de existência a Constituição garantiu o desenvolvimento regional dos estados, com uma expansão de quase 20 mil quilômetros de linhas férreas, aumento dos direitos civis, primeiros direitos sociais e, embora pouco comentado, o primeiro Ministério da Educação que tivemos, com Benjamin Constant como titular.

# 1934

## A Primeira Constituição da Era Vargas



Na década de 1920, o mundo, saído da Primeira Grande Guerra, mudava rapidamente. As antigas monarquias davam lugar a regimes parlamentares, mais liberais e mais democráticos.

O Brasil também mudava, com a urbanização e a industrialização. Mas essas mudanças não foram acompanhadas pela política da Velha República, onde o voto ainda era 'de cabresto' e limitado a alguns setores da sociedade. As novas massas urbanas, os operários e a classe média estavam excluídos das decisões políticas.

Surgiam as primeiras greves operárias, o "Tenentismo" cobrando mudanças sociais e institucionais, o Partido Comunista é fundado, e, no campo da cultura, acontece a Semana de Arte Moderna.

Em 1929 acontece a quebra da Bolsa de Nova York, provocando uma grande crise em todo o mundo.

No Brasil o café, nosso principal produto de exportação, sofre uma grande quebra no seu valor, enfraquecendo o poder político das oligarquias cafejeiras que dominavam a política nacional. Era o momento propício para que uma nova força se instalasse no cenário nacional. Vargas e seu grupo político fizeram a leitura do momento histórico e, após perderem a eleição presidencial de 1930, assumiram o poder através de um golpe (ou revolução) prometendo modernizar o Brasil.

Consolidado o golpe, Vargas suspende a Constituição em vigor. Os paulistas vão às armas em 1932, cobrando uma nova Carta e um governo, de fato, constitucional. Foram derrotados, mas o processo constituinte, já iniciado, torna-se inexorável.

### A Constituição:

A Constituição de 1934, uma das mais democráticas que tivemos, reflete os novos tempos e as novas forças do cenário político brasileiro.

No campo eleitoral a Constituição incorpora os avanços do Código Eleitoral de 1932, como o voto direto, secreto e universal, o voto feminino, e a bancada classista (deputados indicados por sindicatos operários e patronais).

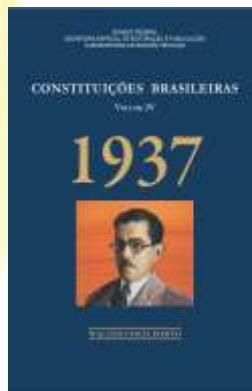
A nova Constituição também reconhece os direitos trabalhistas como a jornada de oito horas, férias remuneradas, salário mínimo, mesmo salário para trabalhadores de ambos os sexos, bem como institucionaliza a Justiça do Trabalho.

A Carta garante a autonomia municipal, liberdade religiosa, de pensamento e expressão, sem censura, liberdade de reunião, de associação, de peticionar contra o estado.

No campo econômico, o caráter liberal se expressa na garantia da propriedade privada, de trabalho, na liberdade econômica, na autonomia sindical, e na propriedade intelectual. Professores, jornalistas e escritores estariam isentos de impostos.

A Constituição teve vigência de apenas três anos, quando foi 'rasgada' por Getúlio Vargas, no golpe do Estado Novo.

# 1937



Nossa quarta Constituição foi outorgada, em 1937, após a proclamação do Estado Novo, uma ditadura comandada por Getúlio Vargas.

### Características:

Seu preâmbulo cita a excepcionalidade dessa Constituição, que teria surgido para evitar o extremismo ideológico, a guerra civil, e o comunismo no Brasil.

Define o Brasil como uma República, um Estado Federal, constituído pela união indissolúvel dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

O Poder Legislativo é constituído pelo Conselho Federal (senadores) que aprova os acordos interestaduais e a nomeação de ministros do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal de Contas, e pela Câmara dos Deputados.

O Poder Executivo é chefiado pelo presidente da República, eleito indiretamente. É garantido ao presidente o instrumento do Decreto-Lei, além de mencionar a possibilidade da dissolução da Câmara dos Deputados de acordo com o Art. 167, em caso da declaração do Estado de Emergência, o que Vargas fez logo que foi outorgada essa Carta.

O Poder Judiciário é independente. Os juízes são vitalícios, e são inamovíveis. Os órgãos do Judiciário são o Supremo Tribunal Federal, os tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios e os tribunais militares.

Estados: Estados estão todos sujeitos a intervenção por parte do presidente da República, mas possuem algumas competências exclusivas: podem criar Constituições e Leis, desde que não firam a Constituição Federal. Podem também criar impostos.

Municípios: A Constituição determina que estes são organizados, de acordo com o Art. 26, de modo a respeitar e assegurar sua autonomia em tudo que respeite seu particular interesse.

### **Caráter social-corporativo:**

– Coloca a família sob proteção do Estado, e coloca a educação como um dever deste. Fortalece as escolas técnicas.

– Classifica como eleitores os maiores de 18 anos, impedindo o voto dos analfabetos, entre outros.

– Garante a igualdade de todos perante a Lei, liberdade parcial de associação e reunião, direito à propriedade, mas admitia a censura prévia.

– Fortalece a planificação econômica e o caráter interventor do Estado na economia, com função social da propriedade.

– Determina como dever do Estado, suprir as demandas do trabalhador brasileiro: o salário mínimo, indenização por tempo de serviço, jornada de 8 horas diárias, entre outras.

– Cria o Conselho de Segurança Nacional presidido pelo Presidente da República.

Vargas governou quase todo o seu período em Estado de Emergência, o que, na prática, anulou vários dispositivos da Carta de 1937. Vargas era a própria Constituição.

# 1946

## Características



A nova Constituição rejeitou o modelo centralizador da Constituição de 1937. Ela instituiu a volta do Senado e o fortalecimento dos municípios, por entender que é nos municípios que as pessoas vivem, e é lá que estão as soluções para os problemas humanos. Foi extinta a representação classista no Congresso e instituída a representação proporcional.

A Constituição incorporou a lei eleitoral de 1932 e 1934, garantindo o voto universal e secreto, como direito e dever cívico. Os partidos políticos nacionais e a Justiça Eleitoral foram consolidados na Carta.

Caráter liberal: A nova Carta garantia o direito de propriedade, a igualdade perante a lei, a liberdade de crença e religiosa, e vedava a censura. Garantia a livre iniciativa, a liberdade de reunião e de associação, a liberdade e valorização do trabalho, o habeas corpus, e vedava a pena de morte e de desterro.

No campo trabalhista previa o salário mínimo, as oito horas de trabalho diário, férias remuneradas, estabilidade no emprego, previdência, direito de sindicalização e de greve, entre outros. E previa salários iguais para homens e mulheres que exercessem as mesmas funções.

No campo econômico previa que o estado providenciase crédito às lavouras e planos de colonização das terras ociosas, bem como o combate à seca no Nordeste.

A Constituição considerou a educação como um direito de todos, sendo o ensino primário obrigatório, garantido pelo estado. Também era garantida a liberdade na ciência, nas letras e na arte. Os funcionários públicos deveriam ser contratados por concurso público.

Por fim, nas disposições transitórias (artigo 4º), se previa a mudança da Capital Federal para o Planalto Central do país.

A Constituição de 1946, foi a mais democrática até então. Nos seus vinte anos de vigência o Brasil mudou; as cidades cresceram, houve uma forte industrialização, se desenvolveu a indústria automobilística, foi construída Brasília, a cultura brasileira ganhou o mundo, particularmente com a Bossa Nova e o Cinema Novo, e o pluripartidarismo se fortaleceu. Foram criados o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e a Petrobras.

## 1967



Nossa sexta Constituição é criada logo após o golpe de 1964. O "Comando Supremo da Revolução" anula a Constituição de 1946 e passa a governar por meio de Atos Institucionais.

Porém, grupos de pressão organizados passam a se manifestar clamando por legalidade. Em 1967, devido a essa pressão, foi organizada e redigida a nova Constituição.

A Constituição de 1967 pretendia manter uma "Federação centralizada", onde a União prevalece sobre os Estados. Previa a livre concorrência, o livre mercado, a extinção de oligopólios e monopólios privados e a função social da propriedade. Comporta a ideia de segurança nacional e defesa dos direitos sociais, bem como do desenvolvimento.

Para dar ares democráticos, havia o bipartidarismo e voto para alguns cargos do Legislativo, como deputados federais, estaduais e vereadores, mas mantinha a supremacia do Executivo, com os decretos-lei.

### Características:

Brasil: O Art. 1.º caracteriza o Brasil pela República Federativa e representativa, sendo uma união indissolúvel dos Estados, Distrito Federal e Territórios.

Poderes: O Art. 6.º determina a independência nominal e harmônica dos poderes. No Executivo, há

a eleição indireta pelo Congresso, via Colégio Eleitoral.

O Legislativo se manteve dividido entre Senado e Câmara dos Deputados, ressaltando-se a possível cassação dos direitos políticos.

O Judiciário manteve certa autonomia, podendo o STF inclusive declarar inconstitucionalidade de Lei ou Ato por maioria absoluta e julgar a suspensão de direitos políticos. O STF seria composto por 16 ministros nomeados pelo presidente e aprovados pelo Senado. O Superior Tribunal Militar poderia julgar civis em caso de violação da segurança nacional, podendo julgar inclusive governadores e secretários de estado nesse quesito.

Os Atos Institucionais estavam acima da Constituição Federal.

Estados: No Cap. III do Título I é dada autonomia aos Estados para criar suas Leis e Constituições sendo, porém, militarizadas as polícias e corpos de bombeiros, colocadas como subordinadas e reservas do Exército. Os Estados estariam vulneráveis à Intervenção Federal.

Municípios: Os Municípios teriam autonomia relativa. Poderiam eleger prefeitos e vereadores, decretar tributos e celebrar convênios, mas o governador poderia nomear prefeitos em caso de interesse econômico mineral e de interesse da segurança nacional.

### Caráter autoritário-militarista:

– Cria o Conselho de Segurança Nacional, composto pelo Executivo inteiro.

–As Forças Armadas, conforme o parágrafo 1.º do Art. 92, têm o dever de garantir a Lei e a Ordem, mas também os Poderes da Constituição, tomando o papel de "guardiãs da Constituição".

– Permite tornar inelegível qualquer pessoa em prol do "regime democrático, proibida administrativa e igualdade econômica".

– Em 1968 foi decretado o Ato Institucional número 5 (AI 5) e também decretado o recesso do Congresso Nacional. O Poder Executivo consolida seu caráter autoritário.

– Por fim, após a Emenda Constitucional de 1969, é fortalecida a posição do Executivo.



# 1988



Considerada a mais democrática da nossa história, seja pelo modo como foi construída, com ampla participação e debates em todos os setores da sociedade brasileira, seja pelo conteúdo final produzido.

A Constituição de 1988 nasceu em um período em que a sociedade dizia não à ditadura, que já durava mais de 20 anos.

Alicerçada em fortes princípios humanistas, é chamada de “A Constituição Cidadã”.

## Excertos:

### Título I – Dos Princípios Fundamentais

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I – A soberania; II – A cidadania; III – A dignidade da pessoa humana; IV – Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V – O pluralismo político

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I – Construir uma sociedade livre, justa e solidária; II – Garantir o desenvolvimento nacional; III – Erradicar a pobreza e a marginalização...; IV – Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Art. 4º Nas relações internacionais:

I – Independência nacional;

VI – Defesa da paz;

VII – Solução pacífica dos conflitos.

### Título II – Dos Direitos e Garantias Fundamentais

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviola-

bilidade do direito à vida, à liberdade, à segurança, à propriedade, nos termos seguintes:

I – Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

IV – É livre a manifestação de pensamento, sendo vedado o anonimato;

VI – É inviolável a liberdade de crença e de consciência, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos...;

XIII – É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão...;

XVII – É plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar;

XXII – É garantido o direito de propriedade.

Art. 18 A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, são todos autônomos, nos termos desta Constituição.

### TÍTULO VII – Da Ordem Econômica e Financeira

Art. 170 A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

I – Soberania nacional;

II – Propriedade privada;

III – Função social da propriedade;

IV – Livre concorrência...

Parágrafo único: É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.

Além disso, prevê a Seguridade Social e a Saúde como direito de todos e dever do estado, e a Educação como dever do estado e da família.

<sup>1</sup>Meneghetti, Antonio. *Fundamentos de Filosofia. Ontopsicológica Editrice. São Paulo, 2005.*

<sup>2</sup>Fonte da Pesquisa: *Coleção “Constituições Brasileiras” (vols. I a VII). Org. Walter Costa Porto. Coordenação de Edições Técnicas – Senado Federal. Brasília, 2018.*



## **JOSÉ IVO SARTORI**

**Governador do  
Rio Grande do Sul  
de 2015 a 2018**

## **► ARTIGO**

# **BOA POLÍTICA, COM LEGITIMIDADE**

Refletir sobre o nosso papel na sociedade é um exercício contínuo e constante, especialmente diante dos desafios políticos e econômicos que se apresentam no país, em um momento de instabilidade e fragilidade institucional. Seja no exercício de um cargo público, na liderança empresarial ou na atuação comunitária, precisamos reforçar o olhar humanitário, atentos ao que promove benefício social. O futuro depende de ações alicerçadas na responsabilidade e na esperança, com foco naquilo que realmente ajuda a mudar a vida das pessoas.

Defendo que é necessário recuperar o real sentido da vida pública, que é ajudar quem está em vulnerabilidade, desenvolver as regiões com seus próprios potenciais e superar problemas comuns. Na política, por exemplo, a missão de quem exerce cargos eletivos é oferecer condições para que se avance em um cenário de futuro. Aliás, é bom que se diga que a política não é um fim, é um meio de promover a educação, a saúde, a segurança, o emprego e a renda. A boa política é aquela que atua em prol da sociedade e não a favor de um único grupo, de um único partido ou de um setor específico.

Quando estivemos à frente do governo do Estado do Rio Grande do Sul, trabalhamos muito, sem medo da mudança. Em toda a minha trajetória – desde vereador, prefeito, deputado estadual e federal, e também como governador – nunca tive medo de fazer o que precisava ser feito. O que me guiou foi a convicção de que ninguém lidera sozinho, seja na política, em um negócio ou em uma empresa. O diálogo nos dá a dimensão da realidade e nos ajuda a entender o caminho a seguir.

Não há desenvolvimento onde não prevalece o espírito comunitário. É ele que move as cidades, o estado e o país. A gestão pública não pode ser fria, burocrática e tecnocrata. Pelo contrário, ela nos permite olhar ao redor e perceber onde e como se pode ajudar. Cada um de nós, em cargo eletivo ou não, em cargo de gestão ou não, exerce um papel na sociedade. Às vezes o que é simples para uns é a luta de vida para outros. Precisamos ter essa sensibilidade.

O fato é que o maior legado que podemos deixar enquanto líderes é a construção social. Mudar a realidade de alguém tem

valor imensurável. Seja uma oportunidade de trabalho, a oferta de saneamento, o acesso à formação escolar ou um espaço para produzir. As pequenas coisas fazem toda a diferença e a solidariedade é um ingrediente indispensável para a construção coletiva. Aliás, em tempos de convivência virtual, às vezes falta essa proximidade. Precisamos resgatar o olho no olho, a presença que incentiva e que estimula.

Por outro lado, também defendo que não devemos ter medo da inovação, de fazer diferente e tentar novos caminhos. Inovar é ouvir o outro e guiar decisões com coragem, sem medo. A maior contribuição social que podemos oferecer hoje é o senso de coletividade, de cooperação. E acredito que, daqui para frente,

o protagonismo será daqueles que apresentarem condições de avançar, apesar das adversidades, olhando para o próximo com empatia e respeito.

Na liderança – no setor público e no privado – não podemos nos acomodar na isenção. Bom senso e posicionamento são vitais. Há algo ao seu alcance? Faça, com humildade e autocrítica. Ser governante ou ser gestor não é uma missão guiada por interesses individuais, de um grupo ou de uma ideologia. É um propósito de vida, de mudança e de construção da história. A trajetória é um legado que ficará para as próximas gerações. Isso é a boa política, com legitimidade.





## Vicente Bogo

Professor. Ex-Vice-Governador do RS. Ex-Deputado Federal Constituinte.

## ► ARTIGO

# A CONSTITUIÇÃO E A SEGURANÇA JURÍDICA

Comenta-se muito, especialmente entre o empresariado, que um dos principais problemas para se empreender no Brasil é a insegurança Jurídica. O problema afeta outros setores. Teria aí alguma contribuição da atual Constituição Brasileira ou resultante do processo legislativo? Seria uma variada gama de interpretações judiciais sobre um mesmo tema ou até usurpação legislativa? Uma consequência da índole político-cultural do povo que tenciona continuamente pelo estabelecimento de direitos, vantagens e/ou privilégios na sociedade? Ou, ainda, se real, a insegurança jurídica decorre de um somatório destes e outros fatores?

De certo modo, a anomalia encontra ponto de partida no democratismo - entendido aqui como uma espécie de afrouxamento ético-moral, uma negação do valor social e político - observado nas últimas décadas, gerador de uma distorção da visão de mundo e de sentido existencial do humano.

No Brasil, após uma intensa resistência e luta pelo restabelecimento da liberdade e da democracia, junto avançaram as reivindicações sociais, sobretudo das parcelas populares mais periféricas do desenvolvimento. Assimilou-se, entre parte da intelectualidade e das lideranças políticas, um conceito introduzido por pensadores sociais e políticos franceses denominado 'excluídos', os quais, além de injustiçados, julgam ter o direito à reparação e compensação social.

Neste contexto, a luta política voltou-se ao controle do Estado. Se antes servia aos interesses da burguesia, agora deveria passar ao controle dos trabalhadores. Pode estar aqui, em boa parte, a raiz da recente onda conservadora que atinge inúmeras nações.

Marx (1), em sua análise, considerava o Estado como sendo a superestrutura de poder a serviço da burguesia e a ser controlada pelos trabalhadores, pela revolução do operariado, o qual, ao final o eliminaria. Não foi o que se viu onde ocorreram as revoluções comunistas. Ao contrário, o Estado tornou-se ainda mais implacável. E há elementos explicativos acerca deste fenômeno.

Se antes o Estado brasileiro era repressivo e excludente, agora tornou-se assistencial, gerando ou ampliando a cultura da

dependência social, a transferência do próprio protagonismo pessoal para o Estado, para o governo, de modo especial. Esqueceu-se que o Estado é a soma de todos os membros de uma sociedade e que 'No topo de fortes estruturas existem pequenos homens que aconselham, formalizam a tomada de posição, o comando dos expostos (primeiro-ministro, presidente, chefe de polícia, etc.) (2). O Estado é a estrutura criada e sustentada pela sociedade para gerir o interesse geral.

Dentro de um contexto de transição da ditadura para a democracia, em 1988 foi promulgada a nova (atual) Constituição da República Federativa do Brasil. Uma Constituição que traduz os valores do humanismo, hierarquizada, nascida sob forte participação popular, qualificada (3) como 'A Constituição Cidadã', 'O documento da Democracia e da Liberdade'.

Foi considerada por alguns críticos como demasiado detalhista, vez que na origem tinha 245 artigos na parte principal, além dos 70 artigos dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT). Passados 35 anos, a Constituição brasileira sofreu 128 alterações, ampliando o tamanho do seu texto em mais de 45%, ainda que em números, sejam na atualidade 250 artigos na parte principal e 122 nos ADCTs.

Quando promulgada, a Constituição continua, de forma explícita, 198 remissões à leis a serem aprovadas posteriormente. De fato, restaram 433 dispositivos passíveis de serem regulamentados, dos quais 270 já passaram por regulamentação, faltando 163, segundo levantamento divulgado pela Câmara dos Deputados.

Como se vê, se analisarmos as alterações constitucionais e o restante do processo legislativo, as mudanças no contrato societário são constantes. E, por certo, este é um fator relevante, gerador de instabilidade política e insegurança jurídica. Aliás, a comprovação do problema também pode ser verificada pelo fato de que o empenho parlamentar é por introduzir

na Constituição elementos relativos aos interesses que representa, dado que esta é mais difícil de ser alterada em relação ao restante do processo legislativo (leis complementares e ordinárias ou decretos legislativos).

Outro elemento importante é cultural, o 'jeitinho brasileiro', o 'levar vantagem', etc. Aceita-se naturalmente o ditado atribuído aos italianos, mas aqui frequentemente expressado em espanhol, «Hecha la ley, hecha la trampa», ou seja, a lei está feita, a armadilha está feita. De outro modo, feita a lei, já se encontra uma forma de fazer a burla.

Talvez contribua para esta situação a imprecisão terminológica das redações utilizadas, a múltipla possibilidade de interpretação linguística, etc. De fato, há um empobrecimento de nossa linguagem ampliada por crescentes neologismos e ressignificações terminológicas.

O fato de termos intensa novidade legislativa, modificativa da Constituição e das leis e suas respectivas regulamentações, favorece a formação de distintos juízos nos processos judiciais, além de descrédito do instrumento legal. Frequentemente encontramos interpretações contraditórias ou distintas sobre o mesmo tema julgado. Isto, agravado pela introdução no poder judiciário de visões ideológicas que afetam o resultado das ações julgadas, levando a intermináveis recursos. Em especial, a mais importante, a que se intitula 'direito alternativo', pela qual se julga com critérios próprios, não necessariamente de acordo com o espírito da lei, cuja justificativa pode ser encontrada nos respectivos projetos de lei, antes da sua conversão.

Agrava-se o fato, novamente, por uma cultura atual de conflito, de terceirização de responsabilidade. Quase tudo passou a ser questionado judicialmente, no que pese um esforço recente de se criar mecanismos de conciliação e assim reduzir os contenciosos judiciais.

Há que se ter em conta, ainda, que estamos em plena crise da democracia, sempre presente o risco de acabar prevalecendo a demagogia. Aliás, segundo o professor Dr. Alécio Vidor (4), 'a demagogia se utiliza do apoio popular para corromper o poder, usufruir o poder em desvantagem do povo'. Infelizmente, o povo absorve o discurso demagógico e o recolhe como salvo-conduto de suas vidas. Não transcendem às armadilhas ali presentes. Por isso, destaca, ainda, que o político, para promover o bem comum, deve entender a atividade da alma.

A crise da democracia (5) nasce de múltiplos fatores. Um, pelo fato de que o poder é exercido por representantes eleitos, os quais não estão em conexão com as aspirações sociais reais. Eleitos por uma massa de votantes não representativos da economia ativa, sem a qualificação necessária para escolher na direção do bem comum, seguem caminhos autocráticos. E, outro, fundamental, pela ausência de uma consciência exata. Nos diz Meneghetti, 'não falo de uma consciência 'honesta', porém de uma cons-

ciência tecnicamente capaz de ler a situação como ela é. Dessa maneira, uma consciência sem mitos, sem estereótipos, sem patologias, porque caso se parta da inexatidão na consciência dos juizes, legisladores, votantes, etc., conseqüentemente ter-se-á o erro na ação histórica. A tal propósito, em uma sociedade os maiores responsáveis e culpados não são os políticos, mas os votantes, enquanto são eles que entregam o poder a quem depois se torna supremo.' (6)

Parte do caminho para a superação está na formação política e de cidadania, sobretudo voltada aos jovens líderes, aos novos atores sociais, econômicos e culturais da sociedade. Isso não dispensa o esforço pedagógico e educativo no sistema de ensino.

Ampliar a consciência crítica, recuperar a identidade e o sentido de ser humano, estimular o autoconhecimento como caminho para conduzir-se bem e reconhecer o outro como um igual representa a passagem para a sustentabilidade da vida neste planeta.

#### Referências Bibliográficas

- (1) *Leitura sugerida: MARX, Karl. O CAPITAL e também o MANIFESTO DO PARTIDO COMUNISTA, este junto com Engels.*
- (2) *MENEGHETTI, Antonio. Direito, Consciência, Sociedade. Tradução. Ontopsicológica Editrice. Recanto Maestro, RS, 2009, 114 p. Pág.37.*
- (3) *Pronunciamento de Ulysses Guimarães, Presidente da Assembleia Nacional Constituinte de 1987-88, no ato de promulgação da Constituição.*

- (4) *Alécio Vidor, Professor. Doutor em filosofia. Conferência realizada no Recanto Maestro - RS, em 10/03/2023.*

- (5) *leitura sugerida: MENEGHETTI, Antonio. A crise das Democracias Contemporâneas. Tradução Ontopsicológica Editrice. Recanto Maestro - RS. 2007. 165 p.).*
- (6) *MENEGHETTI, Antonio. Direito, Consciência, Sociedade. Tradução. Ontopsicológica Editrice. Recanto Maestro, RS, 2009, 114 p. Pág.40.*



# Instituto ALTA POLÍTICA

Espaço de Inteligência Política



- Pós-Graduação • Revista Alta Política
- Café com Alta Política • Consultoria Política
- Planejamento e Mentoria Política para 2024
- Grupo de Estudos em Alta Política
- Podcast Acessibilidade em Alta.



ENTRE EM CONTATO

✉ [marketing.altapolitica@gmail.com](mailto:marketing.altapolitica@gmail.com) 📞 51 99984 3985



Instituto Alta Política



@altapolitica



## VILMAR ZANCHIN

Presidente da  
Assembleia  
Legislativa do RS

### ► ARTIGO

# VALORIZAÇÃO DO PROFESSOR: NÃO É SÓ SALÁRIO

Quando decidi colocar a Educação para o Desenvolvimento como tema central das discussões na Assembleia Legislativa, prometi a mim mesmo tomar um cuidado: não reduzir o debate sobre a valorização da carreira do professor meramente à questão salarial. É evidente que mais dinheiro no fim do mês estimula um profissional a dar mais de si. Mas não é só.

Pesquisando, conhecendo exemplos exitosos e conversando com especialistas do Movimento Nacional Profissão Docente — que estuda em profundidade esse tema no Brasil —, percebi que aquela impressão inicial não estava equivocada. Para eles, a transformação da educação passa pelo fortalecimento da carreira docente. Um conceito bem mais amplo, completo e complexo.

Hoje, os melhores alunos da educação básica, via de regra, disputam vagas em cursos de medicina, direito, entre outros. O primeiro passo, portanto, é tornar a carreira do magistério financeiramente atrativa, para despertar o interesse daqueles que querem fazer a diferença depois de formados. Isso passa por incentivos à melhoria contínua da prática docente ao longo dos anos, além da criação de mecanismos justos e transparentes de valorização dos melhores educadores.

Outro ponto que os especialistas julgam crucial é promover ajustes na formação inicial dos professores. Para eles, as universidades priorizam demasiadamente a teoria, deixando de lado a prática em sala de aula. Correntes defendem que a solução para esse problema está na construção de programas de estágios supervisionados na rede pública, compostos por robustos processos de tutoria. Uma tutoria, aliás, fornecida por aqueles professores mais experientes, que conhecem o chão da escola.

O aprimoramento dos mecanismos de seleção, com provas práticas que avaliam o conhecimento da prática docente, é outro item apontado como essencial ao fortalecimento da carreira. Isso já vem sendo implementado em Sobral, município cearense que transformou suas escolas públicas nas últimas décadas, atraindo olhares do mundo todo.



Aliás, recentemente visitei Sobral ao lado de outros deputados e percebi que, por lá, eles enfrentaram de maneira exitosa outros tabus, como a construção de programas de valorização financeira ancorados na meritocracia e na mensuração de resultados. Isso permite que professores que extraem o melhor de seus alunos sejam premiados financeiramente, criando um círculo virtuoso de melhoria dos indicadores educacionais.

A valorização do professor é um tema tão importante que não se esgota. Prova disso é que não falei em formação continuada, em preparação para lidar com a tecnologia, em estruturas mais adequadas de trabalho, entre outros temas que comprovam que o fortalecimento da carreira docente significa bem mais do que um simples reforço no contracheque.



Foto: Itamar Aguiar / Palácio Piratini / Arquivo



Foto: Olimpíada Brasileira de Robótica (OBR)

## ► ENTREVISTA

# SRA. LILIANA BUONOMO

## Cônsul do Uruguai para o Rio Grande do Sul



### ENTREVISTA:

**AP – Brasil e Uruguai têm uma história comum. Já foram inclusive uma única nação. Nossas fronteiras são de paz e permeáveis. Como a senhora vê a proximidade cultural entre Brasil e Uruguai, particularmente com o Rio Grande do Sul? Temos uma identidade comum?**

**LILIANA BUONOMO** - Em primeiro lugar, gostaria de aclarar que o representante do Uruguai no Brasil é o Embaixador e eu como Cônsul Geral represento Uruguai no Estado de Rio Grande do Sul.

Na minha pesquisa gostei desta definição sobre identidade comum: "é considerada como um fenômeno subjetivo, de elaboração pessoal, que se constrói simbolicamente em interação com outros. Va ligada a um sentimento de pertença em função de compartilhar características em comum: crenças, gostos, estudos, ações e costumes."

Ao falar de história e de costumes típicos compartilhados vemos: o chimarrão, a erva, o churrasco, o folclore, o violão, as companhias tradicionalistas e suas vestimen-

tas, dança, cavalo, chapéu, botas, poncho e a literatura gauchesca. Temos que lembrar dos encontros, ainda antes das nossas independências como estados, de um homem ginete das nossas pampas: o gaúcho-gaúcho. Segundo o escritor Cacciatore, muitos se concentravam na região que vai desde o rio Cebollatí que desemboca na Lagoa Mirim (Uruguay) e a Serra do Caverá, sobre os campos do Jarau e do Quaraí (RS). Lá condensou-se uma cultura, pois eles usavam mesmos trajes, tinham mesmos costumes, hábitos, jeito de falar e modos. O exímio pintor uruguaio, Juan Manuel Blanes, a partir de 1864, é o primeiro que imortaliza o 'gaúcho' e as tarefas rurais.

Por outro lado, temos 1.068 quilômetros de fronteira dos quais mais da metade é fronteira seca. No âmbito da Nova Agenda de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço Uruguay-Brasil, por acordo de Residência, Estudo e Trabalho assinado em 2002, foi reconhecida a existência de uma sociedade diferenciada na fronteira, que mora, estuda e trabalha em cidades consideradas gêmeas.

Não existe dúvida que temos uma identidade comum entre Uruguay e Rio Grande do Sul, que "a meu modo de sentir" é uma irmandade.

E que inclusive não tem sido afetada pelo processo da globalização. Muito pelo contrário, a vantagem da proximidade e as facilidades para se movimentar tem fortalecido os laços e o sentimento recíproco destas duas comunidades, filhas de imigrantes na sua grande maioria europeus. Duas terras onde surgiram e continuam se forjando famílias binacionais.

Vida longa a irmandade entre Uruguay e Rio Grande do Sul!

**AP - Quais são os projetos de desenvolvimento econômico e social conjuntos de Uruguay com o Estado de Rio Grande do Sul, hoje?**

**LILIANA BUONOMO** - Uruguay com Rio Grande do Sul têm vários projetos realizados e outros em andamento, em diferentes áreas e com visão regional. A cooperação é intensa e na frente temos muito para crescer, felizmente. Nós participamos todos os anos em duas

Feiras de Turismo: na Expointer na qual o ano passado vieram o Embaixador, dois Ministros entre 60 autoridades, em duas edições da Wine South América e este ano na South Summit Brasil. Porque para nós, Rio Grande do Sul é importante.

Más dentro das prioridades do nosso Presidente Luis Lacalle Pou estão dois projetos de infraestrutura de longa data: a implementação da navegação comercial na Hidrovia Lagoa Mirim-Lagoa dos Patos e a construção da segunda ponte sob o Rio Jaguarão junto à restauração do histórico ponte Mauá.

São duas obras de nível federal que na Visita Oficial do Presidente do Brasil a Uruguay, no passado mês de janeiro, foram comprometidas pelos dois Presidentes e que em representação do Uruguay impulsa o Embaixador no Brasil, Guillermo Valles.

No caso da Hidrovia binacional, podemos dizer em termos gerais, que um grupo de investidores privados faria do lado uruguaio um Porto no Rio Taquari e Brasil o dragado do Canal Sangradouro que conecta a Lagoa Mirim com a Lagoa dos Patos e que é uma obra pequena. Pela hidrovia, Uruguay exportaria toda a produção do Nordeste a Brasil ou ao exterior pelo Porto de Rio Grande. Por exemplo grãos, cimento, madeira, celulosa. E importaria, entre outros produtos, fertilizantes.

O Governo do Estado, a Superintendência e Diretor de Planejamento dos Portos RS, a Assembleia Legislativa, Prefeitos fronteiriços, Federações, Associações, imprensa, privados, academia e sociedade civil do Rio Grande do Sul têm acompanhado e apoiado este projeto. Até porque também significa o desenvolvimento econômico-social do Sul do Estado, com derrames de desenvolvimento do setor turismo.


Outra área que visa o desenvolvimento é a Conectividade. O projeto avançado é que os voos desde Rio Grande do Sul possam utilizar operacionalmente (pousar) no Aeroporto de Rivera.

No passado dia 7 de março, em Brasília, os Ministros de Relações Exteriores do Uruguay e do Brasil assinaram uma Declaração Conjunta para impulsionar estes projetos centrais para o desenvolvimento da região de fronteira. Em breve, Brasil lançará a licitação para dragagem da Lagoa Mirim na qualidade de obra pública.

Também os dois Ministros acordaram a assinatura em breve do acordo de binacionalização do Aeroporto de Rivera. Por sua vez, em 60 dias Brasil abrirá a licitação para a construção da nova ponte sobre o Rio Jaguarão e Uruguay, uma vez construído fará a restauração da histórica Ponte de Mauá.

Não menos importante para as pessoas é a Nova Agenda de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço Uruguay/Brasil, gestada nos anos 2000 e que segue vigente. Como foi dito, em 2002, foi assinado um Acordo e em tempo recorde aprovado pelos Parlamentos, que reconhece um status especial aos cidadãos fronteiriços, nas cidades gêmeas listadas, um documento especial de fronteira que permite estudar, trabalhar e morar em ambos os lados. No início foram identificados 4 assuntos: Educação, Saúde, Cooperação Policial e Judicial e Meio Ambiente. Ao lado da Infraestrutura.

**AP - O Mercosul, foi criado em 1991, portanto já tem mais de 30 anos, com sua sede em Montevidéu. Qual a importância deste bloco para o Uruguai? Que desafios a senhora vê para ele e qual o seu futuro?**

 **LILIANA BUONOMO** - O Mercosul foi e é, o maior projeto de integração nas Américas. O objetivo foi ampliar as então dimensões dos mercados nacionais, por meio da integração, como condição fundamental para acelerar seus projetos de desenvolvimento econômico com justiça social. Por meio da coordenação de políticas macroeconômicas, a melhoria das interconexões físicas, complementação dos diferentes setores da economia, e com base em três princípios: gradualidade, flexibilidade e equilíbrio. Deram-se passos para criar uma Zona de Livre Comercio com a eliminação das tarifas na circulação de bens intrazona, menos dos setores: automóveis e açúcar. Após, foi estabelecida uma tarifa externa comum para as importações de fora do Mercosul. Infelizmente as coordenações e harmonizações, entre outras, ainda não saíram do papel. Quer dizer: temos uma Zona de Livre Comercio incompleta e uma União Aduaneira mais incompleta ainda. Por isso, temos que ser sinceros, entendermos e compreendermos.

O Mercosul hoje tem grandes desafios diante das mudanças que acontecem no cenário internacional a grande velocidade. E todos temos que acompanhar essas mudanças com uma cabeça diferente à década dos 90.


Nesse contexto, Uruguay está propondo aos sócios resolver tensões, o que não quer dizer ruptura. Somos uma das zonas mais protecionistas do mundo, queremos ingressar ao mundo e competir, em igualdade de condições.

Como disse o nosso Presidente Lacalle Pou, "o Uruguay tomou uma decisão faz 31 anos atrás e não tem mudado e acreditamos na régua do consenso. Temos vocação de integração e de abertura como o Mercosul. Queremos avançar dentro do bloco, porém talvez com diferentes estratégias, porque vemos que o Uruguay não tem avançado. Em 2021, o Uruguay comunicou aos sócios, porque sempre informamos, que pretendíamos

savançar em acordos com outros países, mas isso não significa violar a régua do consenso. Nós faremos estudos de viabilidade, juntaremos equipes e após apresentarmos e convidaremos os sócios.

Nossa Política Exterior é de abertura ao mundo e é a melhor forma de proteger a nossa Nação, disse o Presidente do Uruguay.

**AP - O Uruguai é exemplo de políticas de participação social nas decisões públicas, bem como nas políticas de inclusão de pessoas com deficiências. O que o Brasil pode aprender com essas experiências uruguaias?**

 **LILIANA BUONOMO** - Uruguay, desde inícios do século XX, foi um país de avançada no que respeita às políticas sociais e reconhecimento de direitos das pessoas: A jornada de trabalho de 8 horas, aposentadoria e apoio econômico a descapacitados indigentes de qualquer idade, voto igualitário, entre outras.

Para o Uruguay é importante a integração da sociedade nas decisões de políticas públicas e existem diferentes Institutos e mecanismos para ouvir os distintos setores e organizações privadas, que trabalham juntas para conhecer as preocupações da população. Também temos apoio de órgãos internacionais.

Por exemplo: Instituto Nacional das Pessoas Idosas e o plano de Ação Nacional de Governo Aberto, no qual se implementa o meio digital. A transformação digital nas áreas de saúde (história clínica digital) e educação (1 aluno 1 computador), e 1 idoso, 1 tablet, através de planos y programas que utilizam as Tecnologias da Informação e da Comunicação como fator de transformação da estrutura de oportunidades do país com a redução da disparidade digital.


No caso dos descapacitados, a reabilitação integral foi declarada de interesse nacional. Em 2007, foi criado um Programa Nacional que tem como objetivo melhorar a qualidade de vida a través da capacitação como forma de inclusão social e no mercado laboral.

No Rio Grande do Sul, que quase quadruplica nossa população, eu percebo que existe uma preocupação em resolver as necessidades da sua sociedade. Nesse sentido estamos no mesmo caminho.

Uruguay está disposto a compartilhar as nossas experiências, e especialmente, nas cidades gêmeas da fronteira comum.

**AP -O Uruguai se distingue no mundo pela qualidade de sua produção primária. Nas últimas décadas tem se destacado também no turismo, recebendo milhões de pessoas a cada ano. Qual o**

**futuro da economia uruguia e quais as oportunidades de negócios e parcerias entre uruguaios e brasileiros? Em quais áreas existem oportunidades para investimentos de empresários brasileiros no Uruguai?**

 **LILIANA BUONOMO** - Começarei pelo princípio que é base para a adoção de nossas políticas públicas e performance.

Em primeiro lugar, Uruguay depende dos altos e baixos do contexto econômico e político internacional. Somos tomadores de preços, não incidimos nas mudanças, mas sim recebemos consequências negativas e sofremos essas incertezas.

Nesse contexto, faz más de 30 anos que buscamos fortalecer nosso grau de resiliência com políticas públicas, políticas que resultaram políticas de Estado visto que não mudam a cada governo.

Para resguardar-nos adotamos reformas estruturais e geramos políticas para atrair e brindar segurança jurídica aos investidores, como as Leis de Zonas Francas e a implementação de um Porto e de um Aeroporto Livre, ambos eficientes em logística e em tempos de gestão de cargas.

Ao lado, Uruguay, basicamente agropecuário, apostou a políticas, diretamente com os produtores e os institutos de investigação, para alcançar a excelência de sua produção de commodities que movimenta uma cadeia produtiva e a indústria, que geram empregos. Em matéria bovina fomos pioneiros em implementar a rastreabilidade do gado. No agro, produtor e exportador de sementes certificadas. Ao lado, políticas protetoras do meio ambiente (mais do 90% da nossa geração energética é limpa), e políticas para a redução do gás metano. Junto ao cumprimento dos princípios ESG (ambientais, sociais e governança).

Assim, não só incrementamos a competitividade de nossa cesta exportadora de bens, mas também diversificamos nossa pauta exportadora. Hoje, as exportações de serviços representam 1/3 do total de vendas, onde o turismo tem um rol preponderante. Recebemos por ano mais pessoas que o total da população do Uruguay.

Não fizemos sozinhos. Aprendemos e continuamos aprendendo muito dos nossos investidores internacionais que confiaram e continuam confiando num país que oferece certeza jurídica, grado inversor positivo e estável no longo prazo e um bom índice de educação.

Sobre essa base posso dizer que somos otimistas com o nosso futuro econômico, apesar dos problemas que trouxe a pandemia e outros no atual contexto internacional.


Estamos conscientes do rol em segurança alimentar do mundo y do aporte em recursos energéticos, assim como também do aporte em inteligência e conhecimento.

Até pela proximidade, as oportunidades de negócios e investimentos de Rio Grande do Sul, no Uruguay, são imensas, temos oportunidades para instalação de escritórios de importação e exportação, de negócios em indústrias, em parques tecnológicos (Parque das Ciências), uma ampla gama de serviços em Zonas Francas, espalhadas pelo país (hoje uma em construção em Punta del Este) como serviços globais de exportação (TICs, telecomunicações, profissionais, de consultoria, financeiros, empresariais); em empreendimentos rurais e de turismo e várias licitações públicas.

As vantagens oferecidas como isenção de impostos (renda e patrimônio), igualdade de tratamento para estrangeiros e locais, mercado livre de câmbio e repatriação de lucros sem restrições, sistema fiscal único em todo o território, não é necessária contrapartida, regimes de promoção de investimentos, plataforma de serviços logísticos para Latinoamérica desde uma localização geográfica privilegiada, entre outros. [www.uruguayxxi.gub.uy](http://www.uruguayxxi.gub.uy)

Aproveito a oportunidade para agradecer a Rio Grande do Sul por ter acreditado em nós com seus investimentos e suas parcerias.

#### **AP -O que o brasileiro pode descobrir no Uruguai? Quais os seus principais atrativos?**

 **LILIANA BUONOMO** - Rio Grande do Sul é nosso grande parceiro em matéria de turismo, mas temos ainda muito para trabalhar juntos e apresentar-nos ao mundo como região.

Recentemente foi assinado um Convenio de Cooperação em Turismo entre Uruguay e Rio Grande do Sul, importante plataforma para criar um plano de ação. Uma boa ideia poderia ser implementar um roteiro conjunto em enoturismo e em enogastronomia.

Segundo os gaúchos uns dos principais atrativos do Uruguay é a qualidade de vida que inclui segurança, educação do povo, ambiente aconchegante e a oferta turística. Nos últimos anos, várias famílias optaram por morar lá sem deixar seus negócios em Rio Grande do Sul.

Uruguay tem oferta turística para o ano todo. Na web do Ministério de Turismo podem encontrar destinos segundo as estações. Uruguay tem opções para todos.

Os gaúchos gostam muito de Punta del Este,

Montevideo e Colônia do Sacramento (Patrimônio histórico, hoje com eventos na Praça de Touros), as praias oceânicas assim como a Fortaleza de Santa Teresa e o Forte de São Miguel em Rocha. Também as Termas do Litoral (Paysandú e Salto). A oferta é ampla: turismo natureza ao longo de todo o país com suas fazendas turísticas, parques inacreditáveis como Quebrada de los Cuervos em Treinta e Três e Valle del Lunarejo em Rivera; passeios pelas jazidas de pedras preciosas em Artigas, astroturismo em Salto; rota do vinho em Maldonado, Canelones e Montevideo; programas de cavalgadas, passeios em bicicleta, escalada, mountain bike, paraquedismo, rapel, paratrike. Além dos espetáculos culturais e Festivais em todo o país.

Uruguay, também, oferece aos turistas desde o 1/09/2022 até 30/4/2023 muitas isenções de impostos (IVA) em hospedagem, serviços gastronômicos, serviços de catering de festas e eventos; aluguel de carros sem motorista, entre outros. Durante todo o ano tax free e descontos em combustível nas cidades fronteiriças. Agora também a possibilidade de obter tele pedágio on line desde sua casa.

Visite Uruguay. Não vai se arrepender!



*Sra. Cônsul Geral da República Oriental do Uruguai no Rio Grande do Sul, Lilian Buonomo e Julio Pujol, Diretor do Instituto Alta Política*



## MÁRIO CÉSAR DE AGUIAR

Presidente  
da FIESC

### ► ARTIGO

# A REINVENÇÃO DA INDÚSTRIA

Um país próspero é um país que tem uma indústria forte. O Sul destaca-se no cenário nacional com indicadores como a expectativa de vida e o desenvolvimento humano. Também integra o índice da Escola Nacional de Administração Pública (Enap) com 15 cidades catarinenses, do Rio Grande do Sul e do Paraná, entre as cem mais empreendedoras do Brasil. Isso evidencia a vocação empresarial da região, com uma população com DNA empreendedor e empresários arrojados e determinados a investir, crescer e gerar empregos.

Em Santa Catarina, o estado com a menor taxa de desemprego do país, a participação da indústria na produção de riquezas é de 27% - se levar em conta apenas a indústria de transformação, ocupa a segunda posição no ranking. O estado é considerado ainda o mais seguro do Brasil. Sem ter sido beneficiado, historicamente, por grandes estruturas estatais para impulsionar seu desenvolvimento, como uma refinaria de petróleo, por exemplo, a economia catarinense é sustentada, principalmente, por suas indústrias. Grande parte delas são negócios familiares, que estão próximos e integrados às suas comunidades.

Entretanto, o sucesso do passado não garante um futuro promissor. Por isso, estamos ajudando a indústria a se reinventar. É um desafio imposto pelos diversos eventos globais recentes, que demandam resiliência, competência, inovação e capacidade de transformação constante para continuar empreendendo. É preciso se reposicionar, colocando a internacionalização como fator estratégico para os negócios.

Por tudo isso, precisamos de trabalhadores, gestores e líderes cada vez mais qualificados e inovadores. Este é um dos principais desafios do setor produtivo e uma das inspirações para a criação da Academia FIESC de Negócios, que surge para apoiar a reinvenção da indústria, por meio das pessoas, em parceria com algumas das melhores escolas internacionais de negócios. O foco é a formação de executivos em diversas frentes, como finanças, gestão e transformação digital.

A transformação digital da indústria, por sinal, representa uma oportunidade única para a redução de 'gaps' tecnológicos de alguns setores em relação aos concorrentes globais. Além disso,

abre-se um novo mercado para o fornecimento de tecnologias, por meio do estímulo à aplicação dos princípios e soluções 4.0.

A indústria de Santa Catarina está distribuída harmonicamente por todo o território, apresentando concentrações regionais, conforme a vocação histórica e cultural. É a indústria mais diversificada do País. Por isso, o estado não é tão afetado por crises setoriais e sai mais rápido dos momentos de estagnação. Na pandemia, Santa Catarina encerrou 2021 com a maior expansão nacional na produção industrial em relação a 2020.

Indústria e desenvolvimento andam juntos. O setor é o que mais incorpora tecnologias, gera inovações e cria empregos de qualidade: para cada 10 postos diretos em SC, a indústria gera 16 indiretos. Contribui para a elevação da produtividade, o principal fator de crescimento sustentável. É por isso que a FIESC reforça a importância de se valorizar e reconhecer o legado e o patrimônio das empresas já estabelecidas. E, naturalmente, defende e estimula a atração de novos empreendimentos e empresas, especialmente aqueles que são complementares às cadeias produtivas já instaladas.

Mas, como dito acima, o principal fator que impulsiona o nosso crescimento são os talentos. Nosso mais recente movimento de valorização das pessoas e da indústria é a campanha 'Venha Trabalhar na Indústria'. Com ela queremos mostrar, especialmente aos mais jovens, que a indústria é moderna, inovadora e surpreendente. É um lugar onde é possível prosperar e viver experiências únicas. A indústria de Santa Catarina transforma a vida de mais de 800 mil catarinenses e oferece aos seus trabalhadores a oportunidade de ir mais longe do que imaginam.



## ► DA REDAÇÃO

# FEDERASUL LANÇA O MANIFESTO EMPREENDEDOR GAÚCHO



A entidade projeta uma visão de Estado partindo de algumas perguntas: uma delas: “vamos legar um Estado rico em oportunidades em 2035?”

A FEDERASUL lançou no mês de julho o Manifesto Empreendedor Gaúcho, com a seguinte pergunta: “que estado queremos comemorar em 2035, nos 200 anos da Revolução Farroupilha?” Para responder o questionamento, o Manifesto, de 36 laudas, impresso no formato pocket, traz algumas respostas colhidas depois de amplo debate com foco em vários setores.

O manifesto aborda urgências, com destaque para três grandes questões que podem comprometer a visão de futuro, pela perda em segmentos estratégicos. São elas: 1 - A concorrência desleal de reembalados com a produção nacional de nossa matriz socioeconômica; 2 - A concorrência desleal de importados com vantagens tributárias e 3 – As dificuldades da cadeia produtiva da proteína animal gaúcha, com risco de êxodo rural e perda de agregação de valor.

O Manifesto também formaliza posições como, por exemplo, a de que a FEDERASUL é contrária a renovação do modelo de concessão ferroviária. A entidade entende que se faz necessário um estudo para propor um novo modelo mais atrativo, que favoreça a livre concorrência na utilização da malha ferroviária, evitando a concentração de poder decisório sobre questões estratégicas ao interesse público.

### DIAGNÓSTICO DE FUTURO

O conteúdo, legitimado por votação conjunta dos filiados da entidade, produz um Diagnóstico de Futuro partindo da premissa que, depois de decisões governamentais, como concessões, privatizações e reformas administrativa, previdenciária e do Código Ambiental, o Rio Grande do Sul está apto a receber investimentos. O novo cenário habilita o Estado a competir por grandes investimentos externos e acrescenta que houve melhora significativa no ambiente para acolhê-los.

Com foco no amanhã, o Manifesto se reporta a uma visão para 2035: “vamos legar um Estado



rico em oportunidades? Nossos filhos vão poder empreender e viver com qualidade de vida em sua própria terra? Podemos nos tornar um destino para grandes talentos? ”

Amplamente discutido e aprovado por unanimidade em reunião de integração, conjunta com o Conselho Superior, diretoria executiva e presidentes de filiadas, em 12 de julho passado, o Manifesto pretende embasar posturas e propostas da FEDERASUL para ações no presente e para uma visão inspiradora de um futuro possível em 2035.

O texto abrange também o Momento Gaúcho que, na visão da entidade, habilita o Estado a buscar investimentos externos. E faz uma análise sobre o cenário mundial como janela de oportunidades para o RS, subdividido em três grandes itens:

1. Polo exportador de segurança energética e reindustrialização;
2. Polo exportador de segurança alimentar sustentável e,
3. Polo de inovação, turismo e hub de saúde.

As três esferas com sugestões de medidas.

mento da matriz socioeconômica gaúcha. Na visão do presidente, Rodrigo Sousa Costa, esta visão será aproveitada, dependendo da capacidade de convergência social e política da sociedade.

O Manifesto do Empreendedor Gaúcho enumera ainda as necessidades levantadas pelo Congresso de Infraestrutura e pelo Encontro de Embaixadores (modelos de aviação regional, expansão do uso de hidrovias e defasagem do modelo atual de concessão ferroviária) e encerra com as demandas propostas pelos Fóruns Macrorregionais realizados entre janeiro e julho de 2023 em nove regiões do Estado (com a participação de mais de 180 municípios através das filiadas, autoridades e empreendedores).

A síntese do Manifesto, escrita pelo presidente **Rodrigo Sousa Costa**, afirma o seguinte: *“apreendendo com a histórica beligerância ideológica gaúcha, que tantos retrocessos nos trouxe nas últimas décadas, escolhemos ser partes de um grande projeto, ao invés de donos de ideias que não se realizam, para que dos valores do empreendedorismo, frutifiquem as convergências de um Rio Grande do Sul mais próspero, inclusivo e humano”*.



O Manifesto desenha um cenário mostrando as oportunidades em 2023 e observa que há um potencial de novos eixos de desenvolvi-

**Fonte:**  
<https://www.federasul.com.br/federasul-lanca-o-manifesto-empresendedor-gaucha/>



## JULIO PUJOL

Professor, Especialista em História do Brasil pela UFSM.

MBA Identidade Empresarial, Business Intuition pela Antonio Meneghetti Faculdade.

## ► ARTIGO

# SOBRE A REFORMA TRIBUTÁRIA

Às vezes em nossa vida privada precisamos nos desprender e dar um salto ao futuro, sem ter tanta certeza do que encontraremos nele. É um ponto de ruptura, quando estamos prontos para o próximo patamar. Esse processo vale também para as nações. Há um momento em que uma nação está pronta para ir adiante; que já amadureceu em certos aspectos, que já acumulou experiência histórica suficiente e precisa dar o próximo passo, mesmo sem ter todas as garantias, que uma jornada nova certamente não pode oferecer. Estamos sempre em movimento. Sem garantias.

Na semana da aprovação do projeto de Reforma Tributária na Câmara Federal parece que o Brasil viveu um processo de ruptura. Parece que nossas lideranças, sejam políticas, de entidades, acadêmicas, a imprensa, técnicos, disseram “basta daquele passado, vamos adiante”. E os deputados aprovaram a reforma. Falta ainda, claro, o senado no segundo semestre legislativo.

É certo que muitos não perceberam, ou não tiveram noção do instante histórico que estávamos vivendo. Mas a maioria entendeu, fez uma 'epoché', deixando de lado, por uns instantes, suas crenças, suas ideologias, mesmo seu histórico, e somou-se ao momento.

A Reforma Tributária não é uma reforma de, ou do governo, embora a ação do governo tenha sido fundamental para a sua aprovação. Ministros como Hadad, Alkmin, Tebet, entre outros, estiveram no centro dos debates e negociações que precederam a aprovação; assim como o presidente da Câmara, o deputado Lira, senadores, o governador Tarciso, lideranças empresariais e sociais, o relator, governadores e prefeitos, enfim, tanta gente.

O Brasil virou uma página; comportou-se como país grande, como gente grande. Sinalizou para o mundo e para si mesmo, que quer um futuro também grande. Que não quer ficar para trás, que não quer ser um país de segunda categoria.

Uma sociedade não é apenas um conjunto ou aglomerado de indivíduos, com alguma identidade cultural e algumas regras de

conduta. O que dá o vínculo, o sentido de unidade, e mesmo de existência àquela sociedade, é o escopo definido, o objetivo, um projeto de futuro, a ser construído juntos.

Há trinta e cinco anos atrás definimos, na nova Constituição, (artigo 3º), esses objetivos, que são: "I - Construir uma sociedade livre, justa e solidária, II – Garantir o desenvolvimento nacional, III – Erradicar a pobreza e a marginalização, e reduzir as desigualdades sociais e regionais e, IV – promover o bem de todos, sem preconceitos..." E agora, neste mês de julho, com a Reforma Tributária, afinamos os instrumentos que podem facilitar esse caminho, que está definido na Constituição.

Não é a reforma perfeita, ideal? Certamente não. Sempre se pode fazer melhor. Mas, num país de mais de duzentos milhões de pessoas, o consenso absoluto é impossível. Cabe à inteligência política brasileira encontrar a síntese possível, nesta conjuntura e nesta

quadra histórica. E isso foi feito com maestria. Temos ainda, pela frente, todas as leis complementares que regularão a sua aplicação. É um longo trabalho.

Em 1988, com a Constituição, demos um passo ao futuro. Hoje, demos outro. As bases estão colocadas para quem quer trabalhar, empreender e construir. Os jovens que estão estudando hoje, daqui cinco anos, dez anos, encontrarão um sistema muito mais amigável, onde poderão desenvolver ainda mais suas potencialidades.

O parlamento (os políticos) são, segundo <sup>1</sup>Meneghetti (1999) os "mediadores do real sociológico", ou seja, espelham aquilo que a nação pensa, decide, e quer. Se um passo é dado, significa que a nação estava madura para ele.

<sup>1</sup>Meneghetti, Antonio. *Economia e Política Hoje: Brasil 2000, Quem Comandarà o Grande Brasil do Amanhã. Psicológica Editrice do Brasil. Porto Alegre. 1999.*





## **GISELLE HÜBBE**

Gestora Pública,  
diretora da Acergs.  
Apresentadora.

## ► ARTIGO

# ACESSIBILIDADE EM ALTA

Estamos iniciando um grande projeto chamado Acessibilidade em Alta. Com este projeto nós temos o objetivo de deixar a temática da acessibilidade mais descomplicada, em evidência e em pauta.

Eu costumo perguntar, no meu dia a dia, o que significa acessibilidade. E o que vem à mente das pessoas quando falamos em acessibilidade? A resposta que eu recebo é normalmente ligada à área da arquitetura, particularmente às rampas de acesso, o que garante o direito de ir e vir de pessoas com deficiência.

Porém, na prática, acessibilidade traz alguns outros conceitos que facilitam o dia a dia de todos, não somente das pessoas com deficiência, mas de toda a população, como idosos, crianças, mães e pais com carrinhos de bebê, também legendas em filmes e óperas, por exemplo.

Eu tenho deficiência visual desde que nasci. Tenho baixa visão, que é considerada uma deficiência, portanto está ligada a área da acessibilidade, e isso motiva o meu trabalho de esclarecimento da sociedade sobre este tema.

Temos seis conceitos a serem tocados e trabalhados sobre acessibilidade:

**Acessibilidade Arquitetônica:** como eu falei inicialmente, a maioria das pessoas conhece e está acostumada a ver no dia a dia pelas ruas: piso podotátil, rampas de acesso, banheiros adaptados, adaptações nos espaços públicos e privados, etc.

**Acessibilidade metodológica:** que adapta os métodos de ensino, de acesso, de educação, e de aprendizagem para pessoas com deficiência.

**Acessibilidade instrumental:** que adapta todos os instrumentos e utensílios que podem participar do dia a dia de pessoas com deficiência, facilitando o seu acesso e manuseio.

Acessibilidade programática: trata das leis do Estatuto da Pessoa com Deficiência, e tudo que garante os nossos direitos. Este é um estatuto muito recente, de 2015.

Acessibilidade comunicacional: que garante o acesso a todos os meios de comunicação; a própria Linguagem Brasileira de Sinais (LIBRAS), as legendas, áudio descrição, entre outros, vinculados a programas e a peças de teatros, a eventos culturais, a filmes longa-metragem, e tudo o mais.

Acessibilidade atitudinal: considerada por mim como a principal delas, pois é a que quebra as barreiras, os preconceitos, e as discriminações. Acessibilidade atitudinal também fala muito do capacitismo que é uma forma de preconceito.

## PODCAST

O projeto Acessibilidade em Alta, tem como ferramenta principal o Podcast semanal "Acessibilidade em Alta", no canal do You Tube com o mesmo nome, além de oficinas, palestras e atividades públicas.

Nós temos a missão, neste projeto, justamente de quebrar barreiras e preconceitos, e essa distância da área da pessoa com deficiência das demais pessoas que são consideradas pessoas sem deficiência aparente. E garantir o acesso de todas as pessoas que vão ter a oportunidade de nos acompanhar. Tudo que esse universo traz e contribui na vida das pessoas.

O objetivo é que, semanalmente, toda segunda-feira, esteja disponível um novo episódio falando sobre acessibilidade e inclusão.

## DESCRIÇÃO:

*Então vou me descrever para as pessoas que têm deficiência visual e que não tem condições de acessar a imagem da foto: eu estou vestindo uma camisa azul, tenho os cabelos um pouco abaixo do ombro, castanhos lisos, olhos castanhos, pele clara. Estou usando um óculos de grau, de armação dourada e brincos de cristal com prata. Estou num cenário onde atrás de mim tem cortinas pretas com uma mesa preta, também algumas luzes e leds, de algumas cores que variam aqui no nosso entorno. Tem microfones, tablets e equipamentos por todos os lados.*

**Siga «Acessibilidade em Alta» no Instagram e no You Tube.**



## JOSÉ CARLOS SAUER

Formado em Filosofia pela PUC-RS, Pesquisador em Comportamento Político no Laboratório de Política, Comportamento e Mídia da PUC-SP (Labô) e Diretor no Instituto Methodus. Nos últimos vinte e três anos, orientou políticos, governos e instituições nos Estados do Rio Grande do Sul, Acre, Roraima, Amazonas, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Alagoas, Paraná e Goiás.

[www.institutomethodus.com.br](http://www.institutomethodus.com.br)

51-98118.3772

## ► ARTIGO

# ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020: UMA HISTÓRIA QUE MERECE SER CONTADA

Em 11 março de 2020, a COVID19 foi caracterizada pela OMS como uma Pandemia. Ainda naquele mês, medidas de prevenção ao contágio foram emitidas pelos governos estaduais, e por todo o Brasil passamos a conhecer e nos adaptarmos às restrições de circulação necessárias àquele momento. Iludidos de que enfrentávamos somente uma gripezinha, acreditamos que alguns dias de descanso forçado seriam necessários e que logo retomariamos nossas atividades. Dois anos se passaram e mais de setecentos mil Brasileiros morreram antes que retornássemos, mesmo que precariamente, ao nosso cotidiano.

Em 12 julho de 2023, recebo a notícia de que um Ciclone chegará ao RS trazendo mal tempo e, por medida de segurança, optei por trabalhar em casa. Observe como esta decisão é familiar e nada há de incomum nela, pois tornou-se uma ação habitual após a Pandemia. Normalizamos recursos que antes não estavam disponíveis, como videochamadas e ligações por WhatsApp para a realização de atendimentos ou reuniões. Não nos surpreendemos com participantes que falem a partir de suas casas e nos libertamos da culpa que carregávamos a cada quebra de rotina. Atender clientes, escrever um artigo, assistir aulas e realizar seu trabalho em casa tornou-se, para uma parcela da população, uma atividade trivial.

Foi assim nas eleições de 2020, quando lançamos mão de recursos que, de uma forma ou outra, permitiram que as campanhas eleitorais fossem realizadas em meio às restrições impostas pela Pandemia. Ao final daquele primeiro turno, realizado extraordinariamente no dia 15 de novembro, verificamos que um número expressivo de eleitores não havia participado das eleições por todo o Brasil. A justificativa encontrada pela maioria dos analistas, naquele momento, apontava para a Pandemia como principal responsável pela baixa participação. Foi um engano pensar assim.

### **Precisamos conhecer o eleitor desalentado**

Era véspera da votação de segundo turno da eleição de 2020 em Porto Alegre, quando recebi o resultado da última pesquisa eleitoral realizada para aquela eleição. O resultado indicava a chance de vitória da candidata do partido de oposição ao atual Prefeito. Não foi o que aconteceu e o desfecho daquele segundo turno todos conhecemos.

Este evento me causou profundo descontentamento. Afinal, por que aquela pesquisa não correspondeu ao resultado da eleição? Era necessário compreender o que havia acontecido e pesquisar as

motivações para este comportamento eleitoral. Após dois anos de estudo concebi o conceito do Desalento Eleitoral.

O ano é 2013. Nossas ruas estão tomadas pela população e emerge novamente em nossa sociedade a frustração. Motivados por diferentes preferências, os manifestantes ocuparam as principais cidades do país. Assistimos a falência representativa dos partidos políticos e a personalização da política. As bordas do tecido social esfiapavam em praça pública, após um longo período de crescimento econômico sustentado que terminou a partir de 2010 e que não foi só uma marolinha. Crescia a cada dia o pessimismo e a insatisfação com o governo da Presidenta Dilma Rousseff - PT.

A chegada de 2014 inaugura a era da Lava Jato, e a frustração de 2013 estava agora tomando forma em nomes, cargos, imagens e provas, transmitido ao vivo e em cores pelos principais meios de comunicação do país. Era previsível chegar ao impeachment da Presidenta em 2016, para em 2018, vivenciarmos a greve dos caminhoneiros e todas as consequências de suas reivindicações. As opiniões dividiam o país quando foi aprovado pelo congresso o financiamento público de campanha, concedendo aos partidos os meios para custear suas campanhas eleitorais. Esta lei modificará o processo de escolha dos candidatos e influenciará a representatividade partidária nas próximas disputas eleitorais. O conjunto destes eventos culmina na Pandemia, tornando nossa rotina um

tanto mais complexa e, em alguns momentos, incompreensível.

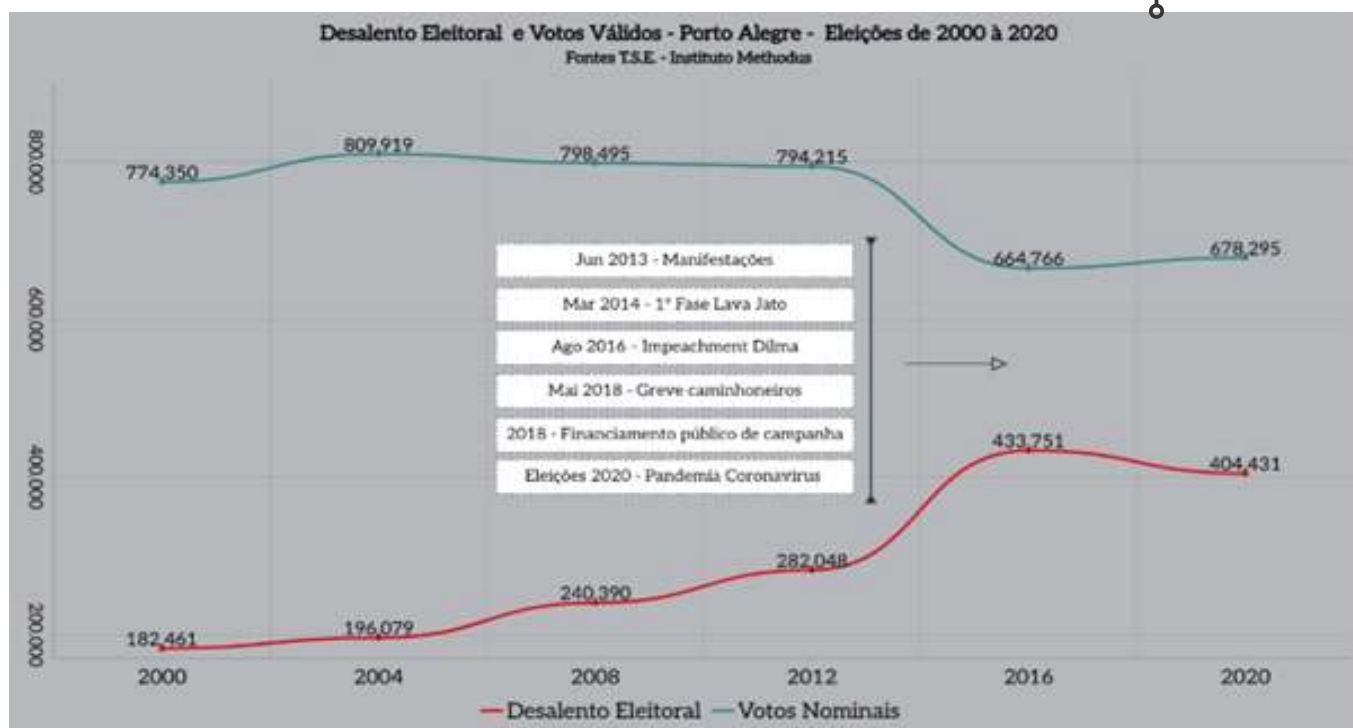
## A Eleição de 2020

Observávamos inquietos durante o ano de 2020 a crescente insatisfação dos eleitores com seus Prefeitos. Em um ambiente onde a desconfiança se sobressai reforçando a polarização, o que é certo e o que é incerto acaba por se matizar, e a escolha dos representantes se desenvolverá sem conhecimento estável, desestimulando fortemente a participação do cidadão no processo eleitoral.

### Por que nominaremos o voto se não confiamos no seu destinatário?

Não há somente uma resposta a esta questão, pois, para respondê-la precisamos conhecer o comportamento eleitoral. Neste contexto, utilizaremos o Desalento Eleitoral para nos guiar. O Desalento, de forma simples, é a soma dos eleitores que a cada eleição votam nulo, branco ou se abstém da votação. Entre as categorias existe um laço motivacional que as une: não nominar o voto.

Como exercício, proponho a análise dos últimos 20 anos de eleições para prefeito em Porto Alegre, unindo eventos históricos e o desalento, a fim de observar o comportamento eleitoral que a crescente desconfiança causou nas últimas eleições da Capital. Gráfico 1.



“

Percorrendo a série histórica observamos a precarização da participação eleitoral ao longo das últimas seis eleições. O desalento ilumina nosso caminho revelando que após 2013 há uma queda na nominação do voto e um crescimento significativo dos desalentados, que em Porto Alegre nas eleições de 2016 e 2020, ultrapassaram os quatrocentos mil eleitores’.

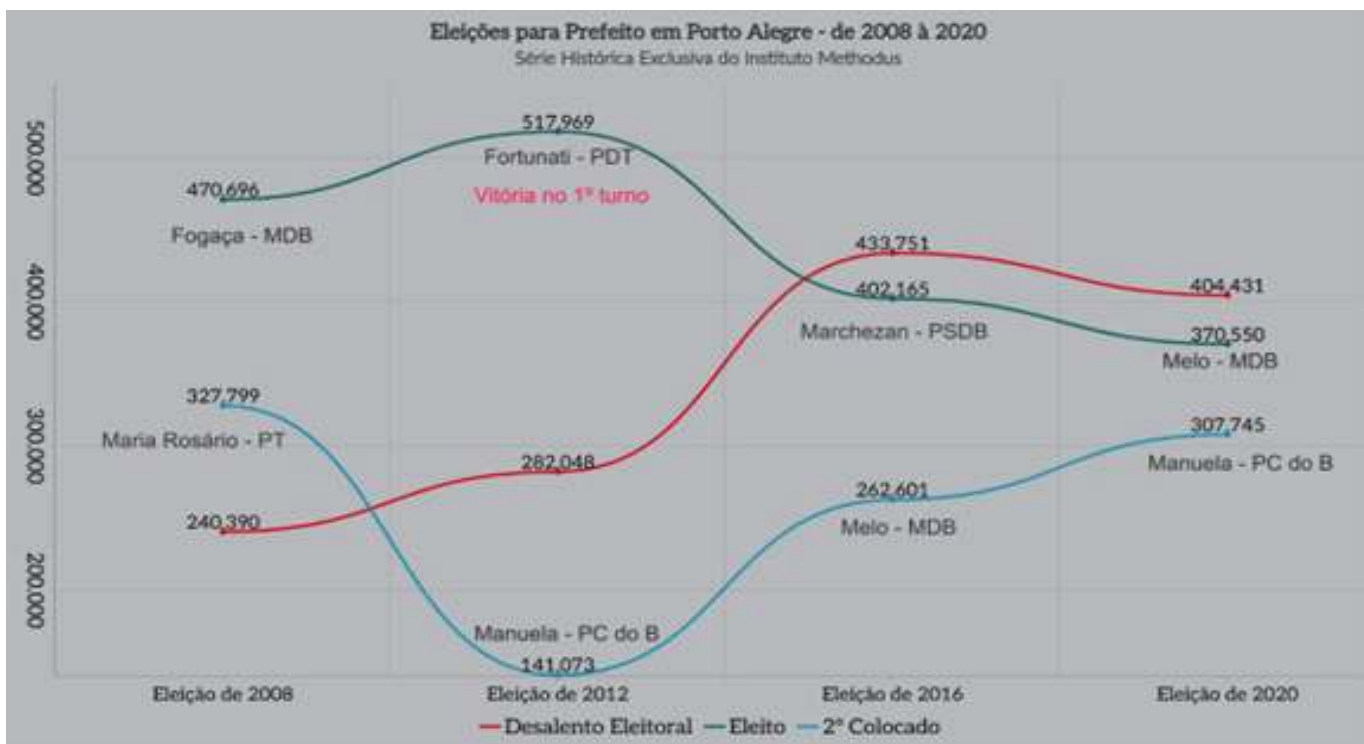
”

Aplicando o conceito do Desalento Eleitoral, no período que vai de 2008 a 2020 na Capital, e incluindo os candidatos que chegaram às disputas de segundo turno, identificaremos a fragilidade vitoriosa dos Prefeitos eleitos nas eleições de 2016 e 2020. Gráfico 2.

“

O resultado em tela examina as consequências do desalento sem a pretensão de questionar sua legitimidade, pois o eleitor tem direito às opções de voto branco, nulo e abstenção. O que nos interessa é conhecer as justificativas que os levam a este comportamento. O desalento, em determinados casos, implica na fragilidade representativa dos resultados eleitorais, se estabelecendo nas disputas onde o número de eleitores desalentados ultrapassa o resultado conquistado pelo vitorioso’.

”







DO IMPRESSO AO DIGITAL,  
ESTAMOS SEMPRE EM BUSCA  
DA INFORMAÇÃO COM  
**CREDIBILIDADE,  
CORREÇÃO E ISENÇÃO!**



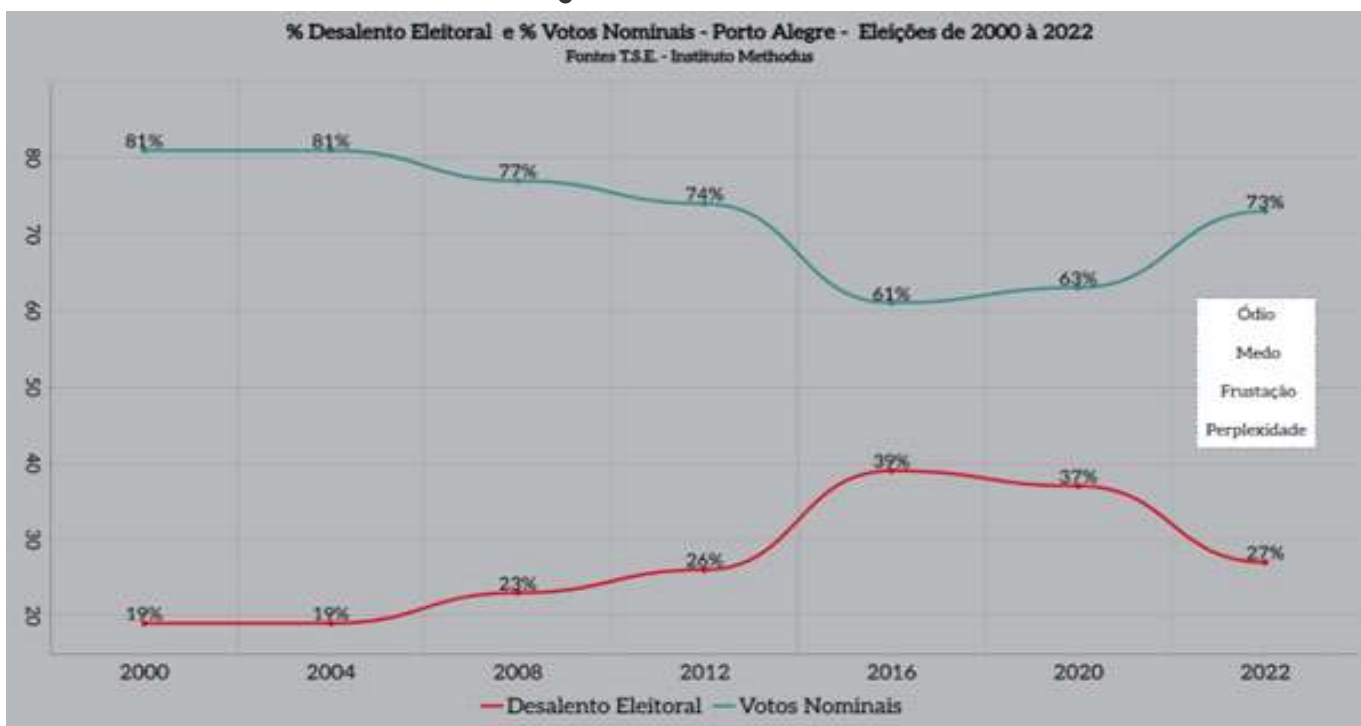
Integrando 25 municípios das regiões  
Norte e Nordeste do Rio Grande do Sul



## O eleitor está desalentado, mas não desatento!

O eleitor, tomado por emoções como o medo, o ódio, a frustração e a perplexidade, que lhe causam insegurança quanto ao futuro, é motivado a agir. Inundado por estas emoções o desalentado retornou à participação na eleição de 2022 em Porto Alegre. Gráfico 3.

Ao percorrer o caminho que nos levou a conhecer o desalento, verificamos que devemos investir em técnica, conhecimento e experiência para compreender quem são os influenciadores das eleições municipais de 2024.



Ao incluir o resultado da eleição presidencial de 2022 em Porto Alegre, identificamos a interrupção do desalento e a retomada da nominação do voto aos índices de 2012.

O que ocorrerá nas eleições municipais de 2024? Teremos o retorno a participação eleitoral dos desalentados? Por que é que o eleitor vota como vota?

Estas e outras questões se apresentam, e para encontrar suas respostas é necessário investigar o histórico de cada eleição municipal, verificando o quanto o desalento influenciou no resultado.

Conhecendo a influência do desalento eleitoral na sua cidade, será possível, planejar e tomar ações que orientem a movimentação política para a disputa municipal de 2024.



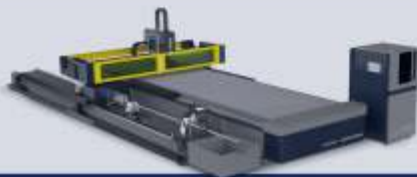
# automatisa

laser solutions

**ALTA TECNOLOGIA PARA  
O SUCESSO DA SUA EMPRESA**

**PIONEIRA E LÍDER NACIONAL NA FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS  
DE CORTE, GRAVAÇÃO E SOLDA COM TECNOLOGIA A LASER  
PARA A INDÚSTRIA METAL MECÂNICA, AUTOMOTIVA,  
CODIFICAÇÃO, GRÁFICA, TÊXTIL, ENTRE OUTRAS.  
A AUTOMATISA É UMA MARCA GENUINAMENTE BRASILEIRA,  
COM INOVAÇÃO E TECNOLOGIA PARA O MUNDO.**

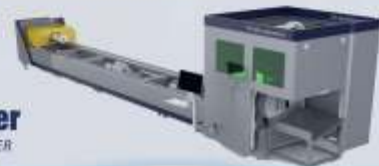
**CONHEÇA NOSSA LINHA METAL MECÂNICA:**



**FLC 4015 ST**  
CORTE A LASER, HÍBRIDA  
PARA CHAPAS E TUBOS



**FLW Fiber**  
SOLDA A LASER



**FLC 6022 TB**  
CORTE A LASER  
PARA TUBOS



**22** anos de  
atuação



**+1250**  
máquinas



Presente em  
**23** estados  
do Brasil

SAIBA MAIS:



PRESENTE NOS SEGUINTE PAÍSES:



INFO@AUTOMATISA.COM.BR | +55 (48) 3034 9500

# Ode à Alegria (Hino à Alegria) Nona Sinfonia de Beethoven (Schiller – Beethoven)

**“Ó, amigos, mudemos de tom!  
Entoemos algo mais prazeroso  
E mais alegre!**

**Alegria, formosa centelha divina,  
Filha do Elísio,  
Ébrios de fogo entramos  
Em teu santuário celeste!  
Tua magia volta a unir  
O que o costume rigorosamente  
dividiu.  
Todos os homens se irmanam  
Ali onde teu doce voo se detém.**

**Quem já conseguiu o maior tesouro  
De ser o amigo de um amigo,  
Quem já conquistou uma mulher  
amável  
Rejubile-se conosco!  
Sim, mesmo se alguém conquistar  
apenas uma alma,  
Uma única em todo o mundo.  
Mas aquele que falhou nisso  
Que fique chorando sozinho!**

**Alegria bebem todos os seres  
No seio da Natureza:  
Todos os bons, todos os maus,  
Seguem seu rastro de rosas.  
Ela nos deu beijos e vinho e  
Um amigo leal até a morte;  
Deu força para a vida aos mais humildes  
E ao querubim que se ergue diante de  
Deus!**

**Alegremente, como seus sóis voem  
Através do esplêndido espaço celeste  
Se expressem, irmãos, em seus  
caminhos,  
Alegremente como o herói diante da  
vitória.**

**Abracem-se milhões!  
Enviem este beijo para todo o mundo!  
Irmãos, além do céu estrelado  
Mora um Pai Amado.  
Milhões, vocês estão ajoelhados diante  
Dele?  
Mundo, você percebe seu Criador?  
Procure-o mais acima do Céu estrelado!  
Sobre as estrelas onde Ele mora!”**

Ode à Alegria, é um poema de Friedrich Schiller (1759 – 1805) que serviu de base e inspiração para a composição da Nona Sinfonia de Ludwig van Beethoven (1770 – 1827). No Movimento 4 da Sinfonia ele é cantado por coral. Em 1985 a União Europeia o adotou como seu hino oficial por representar os valores de liberdade, paz e solidariedade humana.

Sugestao:

[https://www.youtube.com/watch?v=E\\_Sb8oS\\_mks](https://www.youtube.com/watch?v=E_Sb8oS_mks)

Tradução: in  
<https://ensaiosnotas.com/2018/08/19/ode-a-alegria-schiller-e-beethoven/>

Foto: Julio Pujol

